

Nota de Resposta à Carta Aberta

O MMFDH informa que o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura foi criado pela Lei 12.847, de 02 de agosto de 2013, e regulamentado pelo Decreto nº 8.154, de 16 de dezembro de 2013, e tem por objetivo fortalecer a prevenção e o combate à tortura, por meio de articulação e atuação cooperativa de seus integrantes, permitindo trocas de informações e de boas práticas.

O Decreto 8.154/2013 determina a realização de um encontro anual em caráter ordinário, conforme previsto em seu artigo 6º, caput e parágrafo único, em que especifica que os integrantes da reunião serão os órgãos mencionados no artigo 4º, assim como poderão ser convidados os órgãos mencionados no art. 5º.

A competência de coordenação do SNPCT é atribuição do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, segundo o art. 2º, parágrafo único, do Decreto 8.154/2013. Além disso, a realização de iniciativas de articulação entre órgãos e entidades é diretriz do SNPCT, conforme art. 5º, inciso II, da Lei 12.847/2013, bem como envolve atribuições comuns dos órgãos dos Sistema, segundo previsto no art. 7º do Decreto 8.154/2013.

Ressalta-se que a última reunião ordinária foi realizada no dia 27 de novembro de 2018, oportunidade em que se definiu a data da então 3ª Reunião Ordinária, que iria correr em 29 de abril de 2019. Essa data foi postergada para novembro de 2019, que posteriormente foi cancelada, com indicação de realização em fevereiro de 2020. Com o contexto da pandemia de COVID-19, a 3ª RO do SNPCT foi postergada sem data definida.

Tendo em vista o avanço da vacinação e a redução do número de casos de COVID-19, o MMFDH buscou retomar a agenda do 3º encontro de forma urgente, conforme previsto em lei, para dar seguimento às políticas de prevenção e combate à tortura no Brasil. Ressalta-se que no encontro seriam tratadas questões técnicas, que iriam auxiliar a política pública brasileira no avanço da garantia de direitos dos grupos vulneráveis à tortura no Brasil, tais como:

- Diagnóstico do Tratamento de Denúncias de Tortura no Brasil;
- Construção de um Compromisso para Consolidação de um Fluxo Nacional Orientador do Tratamento de Denúncias de Tortura;
- Construção de um Compromisso Nacional para Sistematização de Relatórios e Dados de Inspeção Prisional.

Foi enviado convite para o encontro aos membros do SNPCT, no dia 05 de outubro de 2021, e, no dia 26 de outubro de 2021, outros comitês e mecanismos estaduais de prevenção e combate à tortura foram, também, formalmente convidados a integrar o SNPCT, por meio do termo de adesão previsto na Portaria 354/MDH, de 22 de novembro de 2018, e assim comparecerem ao encontro. A solicitação de adesão ao Sistema visou privilegiar o interesse no debate dos temas técnicos a serem desenvolvidos.

O MMFDH lamenta a manifestação assinada por entidades da sociedade civil, muitas das quais compõem o CNPCT, informando que não participariam do 3º encontro do SNPCT, marcado para os dias 10 e 11 de novembro.

Também informa que o MMFDH realizou o processo de seleção por meio do 4º PROCESSO DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA COMPOSIÇÃO DOS INTEGRANTES DO COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA NO MANDATO 2021- 2023, conforme atribuição prevista no art. 23 do Decreto nº 8.154, de 13 de dezembro de 2013, e considerando a Resolução aprovada na Plenária da 32ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - CNPCT, que estabeleceu diretrizes sobre o referido chamamento público, conforme previsão do art. 5º parágrafo único, do Regimento Interno do CNPCT.

Atualmente, o resultado do referido processo seletivo encontra-se suspenso em função do Parecer de Força Executória nº 00042/2021 da Procuradoria Regional da União da 1ª Região, sobre a decisão proferida, em sede de liminar, nos autos do Mandado de Segurança nº 1060282-69.2021.4.01.3400, impetrado pela Ordem dos Advogados do Brasil.